



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

CLIPPING

DATA

26.03.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

1 de 30

RESPONSÁVEL

Iris Helena

SUMÁRIO

- [DESAFIOS DAS CARREIRAS NÃO LINEARES – O Popular](#)
- [“QUEM COMANDA AS FORÇAS DE GOIÁS SOU EU”, DIZ GOVERNADOR – O Popular](#)
- [XANDÃO: E DAÍ? – O Popular](#)
- [SEGURANÇA PREVIDENCIÁRIA – Folha de São Paulo](#)
- [BOAS E MÁS NOTÍCIAS – Folha de São Paulo](#)
- [BOLSONARISTAS USAM A BÍBLIA PARA FALAR EM CÓDIGO – Folha de São Paulo](#)
- [BRASIL AVANÇA EM DIREÇÃO À MOBILIDADE SUSTENTÁVEL – Folha de São Paulo](#)
- [CASO MARIELLE É 2ª INVESTIGAÇÃO SOBRE MILÍCIAS A ATINGIR BASE DE EDUARDO PAES – Folha de São Paulo](#)
- [FAZER DA POLÍTICA UM PROLONGAMENTO DA RELIGIÃO É AMBICÃO ILIBERAL E ANTICRISTÁ – Folha de São Paulo](#)
- [SENADO VOTA PL SOBRE ABORDAGEM POLICIAL DE PESSOA COM CRISE DE SAÚDE MENTAL – O Hoje](#)
- [ANÁLISE: ABERTA CAIXA DE PANDORA DA POLÍTICA FLUMINENSE – Correio Braziliense](#)
- ["DEFENDER O AMBIENTE NÃO É SER DE ESQUERDA", DIZ GOVERNADOR DO ACRE – Correio Braziliense](#)
- [REFORMA TRIBUTÁRIA E O LONGO CAMINHO EM DIREÇÃO À JUSTIÇA SOCIAL – Correio Braziliense](#)
- [PRIMEIRA TURMA DO STF REFERENDA PRISÕES DE SUPOSTOS MANDANTES DE MORTE DE MARIELLE – Valor Econômico](#)
- [PROJETO DE LEI PODE AFETAR GRANDES CASOS DE FALÊNCIA EM ANDAMENTO – Valor Econômico](#)
- [JUSTIÇA DO TRABALHO ADOTA CONCILIAÇÃO PRÉ-PROCESSUAL – Valor Econômico](#)
- [MERCADO DE CARBONO E OS POVOS DA FLORESTA – Valor Econômico](#)
- [DATA COMEMORATIVA DO DIA – SEBIB](#)

JORNAL – O POPULAR – 26.03.2024 – PÁG. 03

Desafios das carreiras não lineares

Tatsuo Iwata

No cenário atual, a ideia de uma carreira linear e estável se tornou uma relíquia do passado. O mundo do trabalho está em constante evolução, impulsionado pela tecnologia, por mudanças econômicas e sociais, o que tem levado a uma crescente demanda por habilidades diversificadas e adaptabilidade. Nesse contexto, o conceito de “lifelong learning” (aprendizado ao longo da vida) surge como um pilar fundamental para o sucesso profissional e, conseqüentemente, para o processo de educação continuada.

As carreiras não lineares são cada vez mais comuns, caracterizadas por mudanças de empregos, transições entre setores e até mesmo reinvenções completas. E essa flexibilidade requer uma abordagem diferente em relação à educação e ao desenvolvimento profissional. Já não basta obter um diploma universitário e contar com ele pelo resto da vida. Em vez disso, os profissionais devem adotar uma mentalidade de aprendizado contínuo.

Felizmente, vivemos em uma era em que o acesso à educação nunca foi tão amplo. Com a proliferação de cursos online, programas de certificação e recursos educacionais abertos, as oportunidades estão ao alcance de todos. No entanto, o desafio não está apenas em adquirir novas habilidades, mas também em desenvolver a capacidade de aprender a aprender e de se adaptar rapidamente a novas situações.

Além disso, as organizações desempenham um papel crucial na promoção do lifelong learning entre seus colaboradores: incentivar a formação contínua, fornecer acesso a recursos educacionais e criar uma cultura de aprendizado são medidas essenciais para garantir que os funcionários estejam preparados para os desafios do futuro.

Em Goiânia, assim como em outras cidades, observamos a ascensão de iniciativas voltadas para o desenvolvimento profissional e educacional. A ESPM, por exemplo, em uma parceria inédita, se juntou ao Grupo Jaime Câmara para oferecer ao mercado de Goiás e Tocantins um desenvolvimento focado na transformação da indústria de comunicação e na conexão das mídias on e off-line. No entanto, apesar dos benefícios óbvios do lifelong learning, ainda existem desafios a serem superados. Barreiras financeiras, falta de tempo e resistência à mudança são alguns dos obstáculos que podem impedir os profissionais de investir em seu desenvolvimento pessoal e profissional.



Portanto, é essencial que indivíduos, instituições educacionais e empresas trabalhem juntos para remover essas barreiras e promover uma cultura de aprendizado ao longo da vida. Somente assim seremos capazes de enfrentar os desafios das carreiras não lineares.

Em suma, o lifelong learning é mais do que uma escolha, tornou-se uma necessidade para quem deseja ter sucesso em uma carreira no século 21. Ao abraçar o aprendizado contínuo, os profissionais podem não apenas se manter relevantes em um mercado de trabalho competitivo, mas também encontrar realização pessoal e profissional ao longo de sua jornada.

JORNAL – O POPULAR – 26.03.2024 – PÁG. 05

“Quem comanda as forças de Goiás sou eu”, diz governador

Caiado nega que alterações na cúpula da PM tenham relação com investigação da morte do empresário Fábio Escobar

Rubens Salomão



O governador Ronaldo Caiado (UB) negou nesta segunda-feira (25) que a troca de sete cargos na cúpula da Polícia Militar tenha relação com aspectos da investigação sobre a morte do empresário Fábio Escobar. Entre as mudanças, está a saída da coronel Núria Guedes da Paixão e Castilho, que é esposa do coronel Newton Nery Castilho, ex-secretário da Casa Militar, cujo depoimento ao Ministério Público de Goiás (MP-GO) desencadeou a denúncia contra o assessor da Assembleia Legislativa de Goiás, Jorge Caiado, pelo assassinato de Escobar, em 2021.

No depoimento, o coronel Castilho afirmou que policiais supostamente envolvidos no homicídio de Escobar teriam sido atraídos com a oferta de promoções e ascensão na carreira. Segundo ele, Jorge Caiado teria participação direta em nomeações para cargos de chefia das forças de Segurança e no reconhecimento de atos de bravura.

O governador se irritou quando questionado pelo POPULAR sobre a pressuposta influência de Jorge Caiado. Em primeiro momento, Caiado afirmou não entender a motivação da pergunta e questionou: “ele faz parte de governo?”. Depois do contexto sobre o depoimento do coronel Castilho, rejeitou a sugestão de interferência externa.

“Olha, esse é um assunto que está sendo tratado pela Justiça. Caberá à Justiça completar e eu a vida toda deixei e dei toda a liberdade para que as nossas forças policiais tivessem total liberdade de agir, está certo? Agora, quem é governador do estado sou eu. Então você deve me respeitar e saber que realmente quem comanda as forças de Goiás sou eu, Ronaldo Caiado, governador, está bem?”, disse.



CLIPPING

DATA

26.03.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

4 de 30

RESPONSÁVEL

Iris Helena

Logo no início da entrevista coletiva, o governador respondeu sobre o motivo da realização das sete trocas em cargos de comando da Polícia Militar. Segundo ele, “é normal a troca”. “Já tem dois anos e agora o secretário de Segurança Pública, como todos nós, decidimos que a indicação no início de um novo ano que o coronel André já havia cumprido aqui a sua etapa e, como tal, agora foi indicado pelo secretário e também pelas forças de segurança da Polícia Militar o coronel Granja. Com a experiência que ele tem e por aquilo que todos já reconhecem: a segurança pública na capital hoje é um exemplo que está irradiando para o Brasil”.

Caiado ainda apontou que espera do novo comando “a mesma eficiência” na capital e no estado. “Vai preservar eternamente a primeira posição no cenário nacional como ser o estado mais seguro do país”.

No discurso, o governador retomou o tom adotado durante o primeiro mandato e apresentou críticas a governos anteriores, com acusações de corrupção. Caiado apontou que havia expectativa de que, ao assumir em 2019, não teria governabilidade, mas que as condições foram garantidas pela atuação das forças de segurança no combate à criminalidade.

“Vocês aqui impuseram este ritmo e deram essa condição para o estado de Goiás crescer e cresceu”, afirmou. “Porque quando eu assumi o governo também nós implantamos aqui um compliance para que o dinheiro público não fosse usado para enriquecer alguns. Para fazer patrimônio de outros. Para ser a mesa de governador balcão de negócio para receber propina”, acusou.

“Governador tem que estar à altura da sua tropa, tem que estar à altura do seu povo para que tenha honradez, dignidade. Um passado que o credencia a poder caminhar de cabeça erguida pelo Brasil todo, porque eu nunca me acovardei”, disse. Caiado ainda fez referência indireta à busca por projeto presidencial para a eleição de 2026. “Essa criminalidade tem um medo enorme desse projeto de Goiás poder chegar amanhã ao cenário nacional”. O governador ainda avisou que pretende anunciar o ingresso de novos 500 policiais militares até esta quarta-feira (27).

Ainda nas indicações para 2026, Caiado voltou a garantir que o vice-governador Daniel Vilela (MDB) assumirá o comando do estado, com objetivo de disputar a reeleição. “O estado do crime tenta muito em Goiás às vezes achar que podem nos enfrentar. Estão enganados. O estado do crime não existe mais em Goiás e não vai florescer jamais, enquanto nós estivermos à frente do governo e espero que assim também quando Daniel Vilela estiver”, afirmou.

JORNAL – O POPULAR – 26.03.2024 – PÁG. 07

Xandão: e daí?

Eliane Cantanhêde

O ministro Alexandre de Moraes, relator do caso Marielle no Supremo, telefonou para o comandante do Exército, general Tomás Paiva, para dizer que não há nada contra o general Richard Nunes no inquérito da Polícia Federal. O telefonema veio na hora certa, quando o também general Braga Netto tenta empurrar para Richard a “culpa” por nomear para a Polícia Civil no Rio o delegado Rivaldo Barbosa, preso no domingo não só por obstruir as investigações como por ter participado do planejamento do assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes.



Xandão, tão implacável e também responsável pelas investigações sobre golpe de Estado e outros inquéritos da era Bolsonaro, não chega ao extremo de paz e amor, mas está numa semana de esclarecer circunstâncias e reduzir tensões. Além de defender o general Richard, informou ao seus pares no Supremo que não dá bola para o “asilo” de duas noites de Jair Bolsonaro na embaixada da Hungria quando a PF lhe retirou o passaporte.

O ministro não vê elementos para prisão preventiva por risco de fuga e minimizou para colegas de toga nessa linha: Bolsonaro dormiu lá na embaixada, voltou, participou de manifestação e está rodando o País, e daí? Confirma-se a previsão de que o ex-presidente só será preso se condenado, com trâmite em julgado. De volta a Marielle e Anderson, os dois generais são a personificação da divisão nas Forças Armadas. Braga Netto, que depois foi ministro e candidato a vice na chapa de Bolsonaro em 2022, era interventor na Segurança do Rio e assinou a nomeação do delegado Rivaldo para a Polícia Civil. Richard, legalista, antigolpe, aliado do atual comandante Tomás e próximo chefe do Estado Maior do Exército, era secretário de Segurança.

Via advogados, Braga Netto alegou que sua assinatura era “burocrática” e jogou a bomba no colo de Richard. Já Richard conversou com jornalistas, assumiu que a escolha de Rivaldo foi dele, que não tinha a ideia de quem ele realmente era e ficou tão chocado ao saber do que foi capaz. Explicou que seu preferido era outro, mas recusou, e havia ressalvas a Rivaldo, mas considerou um disse-que-disse de corporações, nada perturbador. E acrescentou um dado da realidade do Rio: se fosse para levar a sério, quem sobraria? É o caso de apurar o que diziam os relatórios de inteligência de 2018 sobre Rivaldo.

No Rio, e cada vez mais no Brasil inteiro, crime organizado, milícias e contravenção estão embolados e infiltrados nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, a ponto de os cidadãos já não saberem em quem confiar. A morte de Marielle e Anderson é uma ponta do novelo.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 26.03.2024 – PÁG. A2

Segurança previdenciária

Supremo evita riscos para contas do INSS ao decidir contra revisão da vida toda

Decidiu bem o Supremo Tribunal Federal ao validar a constitucionalidade do fator previdenciário criado pela reforma de 1999, mantendo, assim, os cálculos dos valores das aposentadorias. A corte decidiu contra a chamada revisão da vida toda, que poderia ampliar de modo desmesurado os proventos. A lei 9.876/99 alterou o cálculo dos benefícios —antes, eram considerados os 36 maiores salários nos 48 meses antes da aposentadoria; a regra foi substituída para os 80% maiores salários durante toda a vida do trabalhador.



Ocorre que também se estabeleceu uma regra de transição para quem já contribuía. Nesse caso, foram excluídos os salários anteriores a julho de 1994, quando houve a troca da moeda para o real. A controvérsia estava justamente nesse dispositivo. As ações pleiteavam a possibilidade de usar todas as contribuições, conforme versava a nova regra.

Por 7 votos a 4, o STF entendeu que o fator previdenciário é constitucional e assim inviabilizou a possibilidade do cálculo alternativo. Foi alterado o entendimento anterior do tribunal, de 2022, que permitia o cálculo da aposentadoria a

partir de todas as contribuições.

A decisão evita impactos para as contas da União —os cálculos variam de R\$ 1,5 bilhão, segundo o Instituto de Direito Previdenciário, a até R\$ 480 bilhões, cifra que consta do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2025. É muito difícil saber qual seria o custo efetivo para o Tesouro. Em recursos contra a decisão de 2022, o INSS e a Advocacia-Geral da União (AGU) apontaram grande repercussão para a sustentabilidade das contas públicas e também a complexidade operacional em fazer novos cálculos.

A posição do Supremo elimina o risco de despesas adicionais num sistema já amplamente deficitário. Nunca é simples lidar com esse tema num país de tantas carências, mas cumpre lembrar que os desembolsos excessivos com a Previdência subtraem recursos de outras prioridades sociais. Reformas nunca vão cessar, tendo em vista o envelhecimento da população e a necessidade de encontrar fontes de financiamento. Será necessário, ademais, garantir o custeio das futuras aposentadorias e pensões por morte num mercado de trabalho cada vez menos ancorado em contratos tradicionais regidos pela CLT.

Boas e más notícias

Elucidação do caso Marielle deve ser celebrada, mas revela que deterioração da segurança pública é maior do que se temia

Hélio Schwartzman

A aparente elucidação do assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes é uma excelente notícia. Espero que os investigadores tenham coletado provas robustas o bastante para que o julgamento dos suspeitos de ter encomendado a morte da vereadora se dê de forma técnica, rápida e certa.

O momento é de satisfação e deve ser celebrado. Não há como esconder, porém, que a boa nova chega embrulhada numa série de circunstâncias que pintam um quadro de deterioração da segurança pública muito pior do que se acreditava.



Se é verdade que o próprio chefe da Polícia Civil fluminense participou do planejamento do assassinato, então estamos diante de nada menos do que a falência do Estado. Se aqueles que deveriam zelar pela ordem pública são membros ativos do crime organizado, não há mais distinção entre polícia e bandido, entre lei e barbárie.

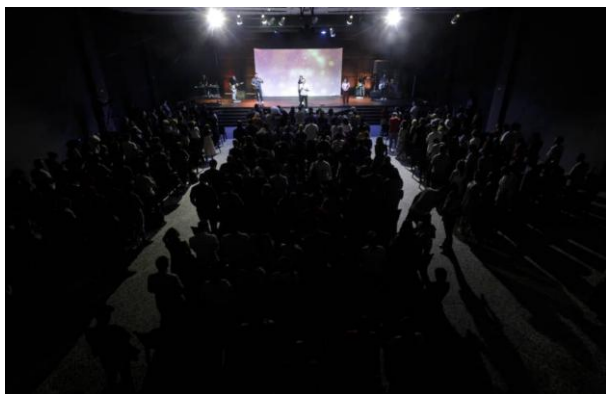
Habitantes de outros estados que não o Rio de Janeiro podemos tentar nos tranquilizar imaginando que nossa situação não é tão ruim. É verdade que o processo de milicianização das polícias avançou mais no Rio do que em outros lugares, mas a diferença é mais de grau do que de natureza. Em São Paulo, por exemplo, o governador e seu secretário da Segurança Pública parecem estar se esforçando para eliminar todos os vestígios de profissionalismo e respeito à lei.

O caso Marielle revela também que o braço político do crime organizado é mais longo do que se supunha. É muito preocupante que um dos suspeitos, que é deputado federal, tenha exercido posto de secretário municipal do Rio e outro seja conselheiro do Tribunal de Contas do Estado. Se a população normaliza através do voto candidatos ligados a milícias, é obrigação dos políticos que ainda não se deixaram contaminar erguer um cordão sanitário em torno dessas figuras, impedindo-as de exercer cargos de maior relevo. Deixar de fazê-lo é pregar mais uma tábua no caixão do Estado brasileiro.

Bolsonaristas usam a Bíblia para falar em código

Um dos desafios da esquerda é reaprender a debater no campo teológico

Juliano Spyer



"Em muitas coisas, a extrema direita não é inteligente", analisa o sociólogo Diogo Corrêa da EHESS em Paris. "Mas em outras, ela é genial. E a estratégia de expandir o conceito de corrupção política para incluir a 'degeneração moral' é brilhante."

O PT e a esquerda vêm sendo vítimas de campanhas de difamação realizadas por evangélicos bolsonaristas há vários anos. Estes associam os escândalos de corrupção expostos pela Lava Jato à defesa de pautas como direito ao aborto e casamento entre pessoas do mesmo sexo. A queda contínua na aprovação do governo entre evangélicos pode ser explicada dessa forma.

Há uma questão de linguagem. Usa-se a Bíblia como uma espécie de código. Quem não tem esse repertório não sabe o que está sendo dito ou não avalia seu efeito. Por exemplo, quando o deputado Nikolas Ferreira chama o presidente Lula de "o nosso inimigo" —como fez repetidamente durante o evento de apoio a Bolsonaro em fevereiro—, ele conecta os campos da política e da religião. Se o inimigo de Deus é o Diabo, o inimigo do povo evangélico é...

O bolsonarismo não é unanimidade entre evangélicos, mas a resistência a ele tem enfraquecido nas igrejas. Depois de duas campanhas presidenciais debatidas como disputas entre o bem e o mal, poucos membros questionam quando escutam frases como "bandido bom é bandido morto". Uma parte deles se afastou de sua comunidade de fé e hoje está desigrejada, outros silenciam para não serem banidos do convívio social e perderem acesso às redes de solidariedade disponíveis nesses espaços.

"O bolsonarista continua lá, conversando com as pessoas em todos os cultos", explica o sociólogo Leonardo Rossatto, que é evangélico. "Já o governo Lula é visto como algo externo às igrejas. E segundo a lógica maniqueísta do pentecostalismo, quem está de fora é inimigo."

Para o pastor Kaká Menezes, da Rede, o governo Lula está certo em se concentrar em pautas como saúde, educação e habitação. "Mas hoje, quem fala em pobre pode ser acusado de defender o comunismo", ele analisa. "A esquerda precisa resgatar o aspecto social da Bíblia para fortalecer debates sobre pobreza, racismo e sustentabilidade dentro das igrejas."

Evangélicos, inclusive os que têm baixa escolaridade, podem ser incrivelmente eruditos no conhecimento da Bíblia. Isso não deve ser visto —muito menos ridicularizado— com um jeito de falar em línguas estranhas. Os resultados das eleições municipais no segundo semestre indicarão, entre outras coisas, a eficiência das campanhas para empacotar suas ideias e propostas para quem interpreta o mundo a partir de referências bíblicas.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 26.03.2024 – PÁG. A3

Brasil avança em direção à mobilidade sustentável

Matriz energética de perfil tão renovável é trunfo para atrair investimentos

Plinio Nastari

A indústria automotiva tem elevado efeito multiplicador, é grande geradora de renda e emprego e, por esse motivo, considerada estratégica em países industrializados. Mobilidade sustentável e controle de emissões de carbono fazem parte da agenda global, e diferentes tecnologias têm sido desenvolvidas na busca por maior eficiência energética e ambiental.

Estados Unidos, Europa e China têm despendido recursos públicos vultosos para a adaptação de suas indústrias. O Brasil não dispõe dos mesmos fundos, mas de forma acertada tem construído instrumentos legais e regulatórios para atrair investimentos capazes de aproveitar o elevado conteúdo de renováveis em nossa matriz energética.



Com um conteúdo renovável de 48% na oferta primária de energia, e de 88% na sua matriz elétrica, o Brasil é o país de energia mais limpa dentre as 20 maiores economias. Em fevereiro último, 46,4% de toda a gasolina foi substituída por etanol, e a partir de março o biodiesel substituiu 14% do diesel fóssil. Nossa frota de veículos de passageiros e comerciais leves é estimada em 45 milhões, dos quais 86% são flex, capazes de usar gasolina ou etanol. No mesmo mês, 31,3% dessa frota usou etanol, o que equivale a mais de 12 milhões de veículos com emissão de carbono próxima a zero —a maior frota de veículos limpos do mundo. Com uma matriz energética de perfil tão renovável, o Brasil pode almejar atrair investimentos industriais e, para isso, corretamente, tem procurado construir condições apropriadas oferecendo-lhes segurança regulatória.

O programa Mover, desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços e promulgado pela MP 1.205, substituiu o antigo Rota 2030 e introduz o vetor ambiental nas metas de eficiência das montadoras. De forma inovadora, define como métrica para o cumprimento de metas de emissão de carbono a partir de 2027 a avaliação do ciclo de vida, conhecida também como critério "berço ao túmulo". Esse critério, reconhecido no meio científico como o mais abrangente e completo, avalia as emissões desde a extração de minerais, seu processamento, fabricação de peças e componentes, logística, montagem, operação durante a vida útil, incluindo a origem, distribuição e uso final da energia —e, finalmente, o descarte final dos veículos e seus componentes. Para ser confirmado, o programa precisa ser aprovado pelo Congresso, passando à fase de regulamentação.

Outra medida, o projeto de lei Combustível do Futuro, proposto pelo Executivo com relatoria do deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), consolidou projetos anteriores e já foi aprovado na Câmara com grande maioria —encontra-se atualmente em tramitação no Senado. Esse projeto define metas para misturas de

biodiesel, uma banda mais elevada para misturas de etanol na gasolina, promove o desenvolvimento do biogás e do biometano, do diesel verde, do combustível sustentável de aviação e do hidrogênio verde.

Adota de forma consistente com o Mover a avaliação do ciclo de vida como métrica de eficiência, mas com um prazo um pouco mais dilatado. E, finalmente, o Projeto de Aceleração da Transição Energética (Paten), também proposto por Jardim e aprovado por voto de maioria dos líderes de partidos, que permite o uso de títulos públicos como garantia para financiamento de projetos voltados à transição energética sustentável. Soma-se a esse conjunto de medidas o RenovaBio, Programa Nacional de Biocombustíveis aprovado na forma de lei em 2017 e implementado a partir de 2020, que estimula a inovação e a eficiência na produção de biocombustíveis que caminham em direção à emissão zero.

No mundo existem apenas cinco polos de desenvolvimento de engenharia automotiva: EUA, Europa, China, Japão e Brasil. Com iniciativas como o Mover e os projetos de lei Combustível do Futuro e o Paten, o Brasil sai à frente na definição de regras de longo prazo, consideradas definitivas pela ciência, incorporando o princípio da neutralidade tecnológica e oferecendo segurança regulatória. Como resultado, já foram anunciados investimentos no setor automotivo que ultrapassam US\$ 115 bilhões. Essas medidas colocam o Brasil na vanguarda mundial em regulação da mobilidade sustentável e em condições de oferecer soluções diversificadas de mobilidade apropriadas e acessíveis a um grande

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 26.03.2024 – PÁG. A7

Caso Marielle é 2ª investigação sobre milícias a atingir base de Eduardo Paes

Chiquinho Brazão foi secretário até fevereiro, mas mantém indicados; deputada aliada também responde por suspeitas; OUTRO LADO: prefeitura afirma que indicação foi de sigla aliada

Ítalo Nogueira

A prisão do deputado federal Chiquinho Brazão (União Brasil), sob suspeita de envolvimento de ser um dos mandantes do assassinato da vereadora Marielle Franco, é a segunda investigação sobre a atuação de milícias a atingir a base do prefeito Eduardo Paes (PSD), pré-candidato à reeleição. Chiquinho foi secretário municipal de Ação Comunitária até fevereiro,

quando deixou o cargo mas manteve aliados na pasta. Em dezembro, a deputada Lucinha (PSD) foi alvo de operação sob suspeita de envolvimento com milícias. A aliada do prefeito tem o filho como integrante do primeiro escalão da prefeitura.

Os reverses sobre Paes devem integrar a campanha do deputado federal Alexandre Ramagem (PL), escolhido pelo ex-presidente Jair Bolsonaro como pré-candidato no Rio de Janeiro. O ex-ministro Fábio Wajngarten, braço direito do ex-presidente, indicou neste domingo (24) que a prisão de Brazão deve ser





CLIPPING

DATA

26.03.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

11 de 30

RESPONSÁVEL

Iris Helena

usada contra Paes.

"Se minimamente trabalhada a eleição da cidade do Rio acabou hoje [domingo]. Mãos à obra", disse ele em sua conta no X (antigo Twitter). Em nota, a prefeitura afirmou que Brazão foi indicado pelo Republicanos para assumir a secretaria e substituído após a divulgação da delação do ex-PM Ronnie Lessa, acusado de ser o executor do crime.

"Quando surgiram especulações sobre o caso, foi solicitada ao partido a indicação de um nome para substituí-lo e ele foi exonerado no início de 2024. A Prefeitura do Rio reforça seu apoio às investigações sobre o assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes e espera que o caso seja elucidado pela Justiça", disse o município, em nota. O prefeito não se manifestou sobre o caso de Lucinha.

Chiquinho Brazão foi preso com o irmão, Domingos Brazão, conselheiro do TCE (Tribunal de Contas do Estado), sob suspeita de serem os mandantes da morte de Marielle. Eles negam as acusações. Neste domingo, políticos de oposição ao prefeito passaram a compartilhar um vídeo no qual Paes participa de um evento ao lado da família Brazão em Jacarepaguá (zona oeste). O encontro é tratado como lançamento informal da pré-candidatura de Kaio Brazão, filho de Chiquinho, a vereador na cidade.

Paes também demonstrou proximidade com o deputado durante a cerimônia de posse dele como secretário, em outubro. Ele o descreveu como um político "doce, querido, mas muito sério, direto e objetivo". "Uma pessoa com uma história de vida de muito trabalho, muita seriedade. [...] Sempre foi muito fácil atender as demandas do Chiquinho, porque ele sempre foi focado, organizado. Chegava ali, pedia. Se tivesse que ouvir um 'não', preferia um 'não' a uma enrolação. Todo mundo deveria ser assim na vida pública", disse o prefeito ao dar posse a Chiquinho.

A nomeação ocorreu antes da divulgação da delação de Ronnie Lessa. Contudo, desde 2018 há suspeitas sobre o envolvimento de Domingos Brazão, líder do grupo político, no caso. Pessoas ligadas ao conselheiro foram acusadas de tentar atrapalhar as investigações com uma falsa testemunha. O deputado deixou a secretária em fevereiro, uma semana após a divulgação do acordo de Lessa. Porém, como a Folha mostrou, levantamento do gabinete do vereador Pedro Duarte (Novo) apontou que a secretaria mantinha 15 pessoas nomeadas durante a gestão de Chiquinho.

Dez dias antes de ser preso, Domingos, líder do grupo político, afirmou à Folha que a manutenção da influência de seu grupo político mostrava confiança dos aliados no Rio de Janeiro. "Quem convive na política fluminense não dá crédito a essas suspeitas. Isso até nos conforta. Nada tem mais força do que a verdade."

De acordo com a PF, a atuação de Chiquinho na Câmara Municipal tinha como objetivo facilitar a regularização de terrenos e construções irregulares em sua base eleitoral. Uma divergência com Marielle sobre um dos projetos de lei com esse objetivo teria sido um dos motivos do crime, embora a vereadora tenha atuado de forma discreta nos debates sobre a proposta. As suspeitas sobre Lucinha também atingiram indiretamente Paes. Ela é forte aliada do prefeito e indicou o filho, o Junior da Lucinha, como secretário municipal de Envelhecimento Saudável.

As investigações da Polícia Federal apontaram uma atuação da deputada em favor de milicianos no estabelecimento de regras para circulação de vans na zona oeste. A PF cita, inclusive, uma reunião de motoristas de vans com Paes organizada com Lucinha em sua base eleitoral. Segundo as investigações, a estrutura para o encontro foi fornecida por milicianos. De acordo com a polícia, a deputada atuava em favor do grupo criminoso comandado por Luis Antônio da Silva Braga, o Zinho, responsável pelos ataques a ônibus e trem na zona oeste carioca em outubro. A milícia domina grande parte da região.

Ela chegou a ser afastada do mandato pela Justiça, mas os deputados suspenderam os efeitos da decisão e decidiram submetê-la a um processo disciplinar no Conselho de Ética. Em discurso para os deputados, Lucinha negou envolvimento com milicianos. "Nunca tive qualquer envolvimento com nenhuma organização criminosa. Nunca fui braço de milícia, como dito por aí." Ela também fez referência no discurso ao encontro que realizou entre o prefeito e motoristas de vans. Para a polícia, a deputada atuou para manter uma regra que beneficiava a milícia da região.

"O transporte alternativo regularizado também gera emprego e garante o sustento de milhares de famílias. Não vou admitir que pautas defendidas pelo meu mandato, de forma honesta e transparente, sejam criminalizadas."

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 26.03.2024 – PÁG. C6

Fazer da política um prolongamento da religião é ambição iliberal e anticristã

No Brasil e nos EUA, é difícil não ver a tentação de igrejas em negar a 'dupla jurisdição' contida nos evangelhos

João Pereira Coutinho

A Páscoa sempre traz memórias. Os almoços em família, as visitas à aldeia do meu pai, no norte de Portugal. As conversas com o padre Manuel. Pobre homem. Santo homem. O que ele teve de suportar. Nessas conversas, um Little Couto com 14 ou 15 anos pretendia saber o que significava a frase "pai, perdoa-lhes, porque eles não sabem o que fazem", que Jesus profere na cruz segundo o Evangelho de Lucas. Quem eram "eles"? E qual era a "ignorância" que Jesus perdoava?

"Eles" eram os assassinos de Cristo, dizia o padre. "Eles" desconheciam que matavam o filho de Deus, acrescentava. O pequeno teólogo não desarmava. "Eles" eram os judeus? Era Caifás? Era o governador romano Pôncio Pilatos?

"Eram todos, porra!", berrava o padre, e a conversa ficava por ali, após intervenção parental. A explicação não me satisfazia. Mal eu imaginava que o saudoso padre Manuel, homem simples e bom, era também um sábio. Que o diga o filósofo David Lloyd Dusenbury, que me tem acompanhado por estes dias com o seu





CLIPPING

DATA
26.03.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
13 de 30

RESPONSÁVEL
Iris Helena

magistral "The Innocence of Pontius Pilate: How the Roman Trial of Jesus Shaped History", ou a inocência de Pôncio Pilatos: como o julgamento romano de Jesus moldou a história, da editora C. Hurst & Company.

Tese de Dusenbury: o julgamento de Jesus, e a sua condenação à morte, acabou por definir a cultura política e legal da Europa e das Américas. Segundo Dusenbury, é no contexto desse julgamento que se opera a distinção fundamental entre o poder secular e a autoridade sagrada.

Foi Jesus quem a estabeleceu perante Pilatos. "O meu reino não é deste mundo." (João 18:36). Dito de outra forma: a ideia de que existem duas esferas de poder —uma secular, outra religiosa, cada uma no seu galho— está contida naquele julgamento e naquelas palavras. É com tais alicerces que teólogos, juristas ou filósofos posteriores vão inscrevendo e reinscrevendo a linha de demarcação entre os assuntos que são "deste mundo" e os assuntos que não são.

Para se compreender melhor a natureza revolucionária dessa divisão, que permitiu a emergência moderna das ideias de tolerância, liberdade e democracia, David Lloyd Dusenbury revisita a "vexata quaestio" da inocência de Pilatos. Até que ponto o governador da Judeia romana tem as mãos limpas de sangue? Curiosamente, a inocência de Pôncio Pilatos foi defendida durante séculos por pagãos, judeus, muçulmanos e até cristãos. As razões são múltiplas e nem sempre admiráveis, sobretudo quando lembramos a acusação (medieval e cristã) de que foram os judeus, não os romanos, que mataram Cristo.

Os textos canônicos desautorizam essa leitura: foi Pilatos a sentenciar Jesus (Lucas 23:24) e foram os seus soldados que o pregaram na cruz (João 19:23). Mas isso basta para aferir a culpa de Pilatos? Sim e não, defende Dusenbury, baseando-se nas palavras agônicas de Jesus ("pai, perdoa-lhes, porque eles não sabem o que fazem") e nos textos de Paulo. Pode haver culpa sem conhecimento, questiona Paulo? Ou os governantes deste mundo, enquanto prisioneiros desse "saeculum", não souberam o que fizeram?

Sim, como dizia o padre Manuel, "todos são culpados, porra!" Mas são culpados da morte de Jesus (um homem inocente e, para muitos, um profeta). Não são culpados da morte de Cristo porque não o reconheceram como tal, ou seja, como o Escolhido, o Redentor, o Salvador, segundo a fé apostólica. Na elegante e inteligentíssima definição de Dusenbury, não existem assassinos de Cristo no julgamento de Jesus porque a "dupla jurisdição" da qual este homem falava era incompreensível para judeus e pagãos.

Será compreensível hoje? Depende. Quando olho para o Brasil e para os Estados Unidos, por exemplo, é difícil não ver a tentação de várias igrejas em negar a "dupla jurisdição" contida nos evangelhos. Para essas denominações ou tendências, só existe uma jurisdição porque a política é um mero prolongamento da religião. Isso significa, simplificando, que os valores espirituais que são válidos numa dimensão espiritual devem ser impostos no plano secular.

O problema dessa ambição não está apenas no seu iliberalismo, o que já seria bastante. Está também no fato de ser uma ambição anticristã, que atraiçoa o exemplo e a doutrina de Jesus Cristo. É uma forma de regresso ao paganismo, em suma, que levaria muitos desses cristãos a condenar Jesus Cristo à morte mais uma vez.

JORNAL – O HOJE – 26.03.2024 – PÁG. 10

Senado vota PL sobre abordagem policial de pessoa com crise de saúde mental



O Senado analisa o projeto de lei que estabelece regras para a abordagem policial a pessoas em situação de crise de saúde mental. O PL 922/2024, do senador Alessandro Vieira (MDB-SE), aguarda distribuição para as comissões permanentes da Casa. O projeto prevê uma série de procedimentos para esse tipo de abordagem.

O texto restringe o uso de força letal, que deve ser aplicada apenas de forma excepcional — quando outras formas de intervenção sejam consideradas ineficazes ou para proteger a vida e a integridade física da equipe policial ou de terceiros. De acordo com o PL 922/2024, a contenção física só deve

ocorrer quando se esgotarem todos os recursos de mediação. Ela deve ser realizada preferencialmente por agentes com treinamento específico na abordagem a pessoas em situação de crise de saúde mental.

O texto recomenda ainda a redução ou a eliminação do uso de sinais luminosos e sonoros, além da definição de um mediador. Responsável pela comunicação com a pessoa em situação de crise, o mediador deve ter treinamento especializado ou formação técnica adequada para abordagem humanizada. Os policiais envolvidos devem colher informações a respeito dos motivos do comportamento do abordado, seja com ele próprio ou com familiares. O PL 922/2024 classifica a pessoa em situação de crise como um indivíduo acometido, temporariamente ou não, por transtorno mental que prejudique sua autonomia e autodeterminação. O projeto também enquadra como em situação de crise a pessoa em risco de morte ou de suicídio ou com agitação psicomotora, estando ou não sob efeito de substâncias psicoativas.

Homenagem

Câmara dos Deputados realiza sessão solene hoje (26) em homenagem à memória da vereadora Marielle Franco e do seu motorista Anderson Gomes, assassinados em 14 de março de 2018 no Rio de Janeiro. A sessão marca seis anos do crime. No último domingo (24), três pessoas foram presas acusadas de serem mandantes do crime, entre eles o deputado federal Chiquinho Brazão (RJ), que era vereador do Rio de Janeiro na época. Horas depois da prisão, a Executiva Nacional do União Brasil expulsou o deputado da legenda.

Prisão por desobediência

O Superior Tribunal Militar (STM) concluiu o julgamento de um recurso de apelação interposto pela defesa de um major do Exército, condenado em primeira instância pela Justiça Militar da União (JMU), em Fortaleza (CE), a mais de dois anos de prisão por desobediência,



crime previsto no Código Penal Militar. O relator do processo, ministro Artur Vidigal de Oliveira, havia votado pela manutenção da condenação. O ministro revisor, Leonardo Puntel, também acompanhou o relator e votou pela condenação do major. No entanto, o ministro José Coêlho pediu vista para estudar melhor a matéria.

STF extingue processo de condenado sem pagamento de pena de multa

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que é possível extinguir o processo contra condenado que cumpriu a pena de prisão, sem pagar a pena de multa estipulada pela Justiça. Para isso, deve ser comprovada a impossibilidade de seu pagamento pelo apenado, ainda que de forma parcelada. O artigo 51 do Código Penal (CP), com redação dada pela Lei 13.964/2019 (Pacote Anticrime), estabelece que, após decisão condenatória definitiva (trânsito em julgado), a multa deve ser cobrada perante o juiz da execução penal.

Jornada excessiva



Uma empresa de frigorífico foi condenada pela Justiça do Trabalho a pagar R\$ 1,7 milhão por dano moral coletivo por impor a motoristas carreteiros jornadas excessivas, muito superiores a oito horas diárias.

A Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou examinar recurso da empresa, que buscava extinguir ou reduzir a condenação. empresa buscou reverter a condenação no TST, mas a ministra Maria Helena Mallmann, relatora, reiterou que a questão da jornada de trabalho do motorista profissional diz respeito, além da saúde e da segurança dos trabalhadores envolvidos, à segurança das pessoas que trafegam nas rodovias e, conseqüentemente, a toda a sociedade.

Ela lembrou que o problema envolve diversos aspectos, como o custeio do sistema previdenciário e de saúde, pois a jornada exaustiva potencializa e amplia o risco de acidentes. No caso da empresa, a imposição da jornada excessiva contribuiu para a trágica morte de um trabalhador.

6ª Turma do STJ

A gravidez da vítima e a constituição de família não são suficientes para afastar a presunção do estupro de vulnerável da pessoa menor de 14 anos, nem diminuem a responsabilidade penal do acusado.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 26.03.2024 – PÁG. POLÍTICA

Análise: aberta Caixa de Pandora da política fluminense

As conexões criminosas são conhecidas nos meios policiais, jurídicos e políticos, mas estavam blindadas pela profundidade e extensão do crime organizado e o pacto de silêncio entre as autoridades no Rio de Janeiro

Luiz Carlos Azedo

O mito da Caixa de Pandora explica a criação da mulher, suas qualidades e suas fraquezas. Prometeu roubou o fogo de Zeus e o entregou aos mortais, para garantir aos homens a superioridade sobre os animais. O fogo era exclusividade dos deuses, e Zeus, o todo-poderoso do Olimpo, resolveu se vingar. Encarregou Hefesto, deus do fogo e dos metais, e Atena, deusa da justiça e da sabedoria, de criar Pandora.



Pandora foi a primeira mulher na Terra. Recebeu qualidades como graça, beleza, inteligência, paciência, meiguice, habilidade na dança e nos trabalhos manuais. Ao ser enviada à Terra, Zeus entregou-lhe uma caixa com a recomendação de que a mesma não deveria ser aberta.

A caixa guardava todas as desgraças: a guerra, a discórdia, o ódio, a inveja, as doenças do corpo e da alma. Mas também continha a esperança. Curiosa, Pandora não resistiu e abriu a caixa. Ao fazê-lo, liberou todos os males, menos a esperança. O caso Marielli Franco, finalmente desvendado pela Polícia Federal, abriu uma caixa de Pandora na política fluminense.

Nada a ver com o inquérito da cassação e prisão do ex-governador de Distrito Federal José Roberto Arruda, batizado pela Polícia Federal como Operação Caixa de Pandora. Desta vez, trata-se de desnudar as relações mafiosas entre policiais corruptos, banqueiros de bicho e milicianos com os políticos do Rio de Janeiro. Suspeitos de mandar matar a vereadora Marielle Franco e seu motorista, Anderson Gomes, os irmãos Domingos Brazão, conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, e Chiquinho Brazão, deputado federal; e o delegado Rivaldo Barbosa, ex-chefe da Polícia Civil fluminense, são os elos que faltavam para esclarecer o crime.

Os irmãos Brazão e Rivaldo Barbosa foram presos após a homologação da delação de Ronnie Lessa, que também está preso e é acusado de executar o crime. A ordem de prisão foi expedida pelo ministro Alexandre de Moraes, responsável pela investigação no Supremo Tribunal Federal (STF), com a concordância da Procuradoria-Geral da República (PGR).

A prisão do deputado federal Chiquinho Brazão, que tem foro privilegiado, rompe a blindagem do esquema mafioso, porque o caso está no Supremo, saiu da esfera da Justiça fluminense. O ministro Gilmar Mendes,



CLIPPING

DATA

26.03.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

17 de 30

RESPONSÁVEL

Iris Helena

do STF, diante dos fatos, disse que é preciso refundar as instituições políticas e os órgãos de segurança pública do Rio de Janeiro.

Essas conexões são conhecidas nos meios policiais, jurídicos e políticos, mas estavam blindadas pela profundidade e extensão do crime organizado e pelo pacto de silêncio entre as autoridades no Rio de Janeiro. A maioria não se manifesta porque tem medo de morrer, como aconteceu com Marielle. A Polícia Federal considera Rivaldo Barbosa a chave para desvendar essas relações mafiosas. É apontado como responsável por planejar o assassinato da vereadora e de impedir as investigações do crime, encomendado pelos irmãos Brazão, por conta da atuação da parlamentar contra loteamentos irregulares em áreas de milícia.

Crimes insolúveis

Com fama de bom moço, Rivaldo era respeitado como policial, inclusive pela família de Marielle, porém, de forma dissimulada, conduziu a investigação para não chegar aos verdadeiros culpados. As primeiras suspeitas surgiram no começo das apurações. O miliciano Orlando Curicica já estava preso na Penitenciária Federal de Mossoró (RN) quando uma testemunha procurou a PF e declarou que ele e o ex-vereador Marcello Siciliano eram os mandantes do atentado.

Segundo o relatório da PF, a intenção era criar um bode expiatório para obstruir as investigações. Rivaldo estaria envolvido com diversos crimes, como organização criminosa, corrupção passiva e lavagem de dinheiro. No depoimento aos policiais federais, Orlando Curicica contou que existia um sistema de pagamento mensal previsto para que o comando da Delegacia de Homicídios não investigasse os assassinatos.

O pagamento funcionava como uma mesada e variava entre R\$ 60 mil e R\$ 80 mil. Remessas adicionais deveriam ser pagas nos casos dos crimes que deixavam provas e rastros. Curicica dá como exemplo de mortes ligadas à contravenção que não foram investigadas as de Marcos Falcon, presidente da Portela, executado a tiros em setembro de 2016, e Haylton Carlos Gomes Escafura, assassinado com a mulher em um hotel na Barra da Tijuca em 2017.

No caso de Geraldo Antônio Pereira, morto em um tiroteio em uma academia de ginástica no Recreio dos Bandeirantes, em 2016, a DHC teria recebido de uma pessoa ligada ao contraventor Rogério Andrade cerca de R\$ 300 mil para não "perturbar" os prováveis envolvidos na execução. A prisão dos irmãos Brazão e de Rivaldo abriu a Caixa de Pandora da degenerada política fluminense.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 26.03.2024 – PÁG. BRASIL

"Defender o ambiente não é ser de esquerda", diz governador do Acre

Governador do Acre, Gladson Cameli (PP), concedeu entrevista ao Correio. Confira

Henrique Lessa



Com a ambiciosa meta de retirar a população do Acre de áreas de risco de inundação, o governador Gladson Cameli (PP) pretende levantar cerca de R\$ 400 milhões para esse projeto, que espera tornar a grande marca da gestão. Ele conversou com o Correio sobre os problemas do estado e a dependência dos recursos repassados pelo governo federal. Gladson, que assumiu com um discurso de pouca preocupação com meio ambiente, mudou o foco ainda no primeiro mandato e, agora, está convencido de que a floresta vale mais de pé do que no chão — mudança que, segundo seus interlocutores, veio por meio do convívio com as populações indígenas. Leia a seguir os principais trechos

da entrevista.

O Acre ficou para trás na defesa do meio ambiente?

Não podemos politizar a questão ambiental. Parece que quem defende o meio ambiente é de esquerda e quem defende o agronegócio, de direita. Defendo um agronegócio sustentável e sou contra desmatar uma árvore sequer. Tenho feito todas as ações para diminuir os índices de queimadas, de desmatamento. Você não consegue remar contra a maré. Preciso do apoio do governo federal e convidei o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para vir e discutir essas situações. Estamos investindo no turismo étnico, para que a gente possa valorizar quem vive na floresta.

A população tem essa consciência ecológica?

Tem essa consciência da floresta em pé. Para ampliar o agronegócio, incentivar o plantio da soja, da pecuária, não preciso derrubar uma única árvore. O que está aberto aí é suficiente.

Todo ano, o Acre sofre com as cheias. Como enfrentar o problema?

Temos um grande problema: a regularização fundiária. A maioria das terras é da União e, para aderir aos programas habitacionais do governo central, tem que ter o documento da terra. É um processo para que possamos fazer essa regularização fundiária. Temos não só que fazer unidades habitacionais — precisamos criar uma condição de saneamento e infraestrutura.

O senhor disse que vai retirar toda população das áreas de risco com R\$ 400 milhões...

Essa é nossa expectativa inicial. O Acre precisa do governo federal. Hoje, 40% da economia do estado giram em torno da folha de pagamento (de órgãos públicos das três esferas). Preciso gerar emprego, renda, criando condições estimulando a iniciativa privada a vir investir. Tenho que chegar para o governo federal, dar uma

estimativa de pré-projeto, que vamos apresentar dia 18 (de abril). O presidente Lula já sinalizou em ajudar, seus ministros vieram aqui, se colocaram à disposição.

A Amazônia é uma região na qual o crime organizado avança mais e mais. Como fica o Acre diante desse problema?

As facções querem enfrentar o poder público. Nossa fronteira é muito grande: temos dois países produtores de cocaína, Peru e Bolívia, e não temos pessoal para proteger essa fronteira toda. Para resolver, reestruturamos nossas polícias e fizemos parcerias com o governo federal por meio do Exército, da Polícia Federal (PF) e da Polícia Rodoviária Federal (PRF). Montamos, ainda, um batalhão (da Polícia Militar) de fronteira para combater esse contrabando. Não vou me curvar a essa situação. A polícia está agindo, mas essa não é uma guerra do Acre, do Brasil — é do mundo todo.

E a atuação federal no combate ao crime organizado?

O governo federal montou um centro de inteligência com todas as polícias dos estados da Amazônia para monitorar, prevenir, fazer um serviço de inteligência e combater essa situação. Estamos avançando, mas a situação é de sinal vermelho.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 26.03.2024 – PÁG. OPINIÃO

Reforma tributária e o longo caminho em direção à justiça social

A injustiça tributária no Brasil tem sido um fator preponderante na perpetuação da desigualdade social

Francelino Valença

A injustiça tributária no Brasil tem sido um fator preponderante na perpetuação da desigualdade social. Mesmo figurando como a nona maior economia mundial, o país ainda se encontra entre os 20 mais desiguais em relação à renda, o que causa a pobreza e a desigualdade social. Essa realidade deveria ser um catalisador para mudanças no sistema tributário nacional, injusto por acentuar a concentração da renda e riqueza e aumentar os recursos destinados a áreas cruciais, como as de educação, saúde, infraestrutura e saneamento.

Em estudo apresentado na reunião no Grupo dos Vinte (G20), em fevereiro, a Oxfam Brasil destacou a discrepância na tributação entre os mais ricos e os demais cidadãos do mundo, apontando que um imposto de 5% sobre as fortunas dos bilionários poderia contribuir significativamente para reduzir as desigualdades sociais e enfrentar a crise climática. No encontro, o governo brasileiro cumpriu papel relevante ao propor uma cooperação internacional para a tributação global de bilionários, bem como medidas concretas contra a evasão fiscal.

No país, a disparidade tributária é evidente em um cenário em que os contribuintes milionários pagam alíquotas efetivas de imposto de renda ínfimas, significativamente menores do que os de renda mais





CLIPPING

DATA

26.03.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

20 de 30

RESPONSÁVEL

Iris Helena

baixa. Embora o Executivo tenha começado a taxar os super-ricos, via tributação de fundos exclusivos, e empresas offshores — impostos esses que impulsionaram um recorde de tributação em janeiro —, ainda há um longo caminho a percorrer para alcançar a equidade social, pois, apesar de imprescindíveis, esses mecanismos, sozinhos, não corrigem a natureza regressiva do sistema tributário brasileiro.

O governo federal teve o mérito de pautar e articular o debate sobre as alterações do sistema, em 2023, no Congresso Nacional. No entanto, ao priorizar a apresentação da reforma pelo consumo, adiando as mudanças sobre a renda e o patrimônio, abriu espaço para avanços limitados em relação à justiça tributária no país, que segue na lista das nações que tributam mais sobre o consumo do que sobre a riqueza.

Embora seja muito bem-vinda por sua capacidade de unificar os impostos, reduzir a burocracia e acabar com a guerra fiscal entre os estados brasileiros, entre outros pontos, a reforma sobre o consumo apresenta avanços limitados. Apesar de seu potencial para estimular a economia, mantém uma das maiores cargas de impostos do mundo e segue penalizando os cidadãos com menor renda na compra de bens e serviços — apesar dos mecanismos como o cashback. Infelizmente, o texto aprovado mantém privilégios, como evidenciado pelas brechas que permitem isenções fiscais na tributação sobre heranças destinadas a fundações, além da isenção de veículos, como jatinhos ou lanchas, classificados como de uso artesanal ou de subsistência.

Ainda assim, a reforma traz melhoras para o sistema tributário e gera expectativas e questionamentos sobre seu alcance e impacto efetivo na sociedade brasileira. Em meio a eleições municipais e disputas pela eleição das presidências do Congresso Nacional em 2025, há quem diga que não será possível regulamentar o novo modelo ainda neste ano. Caso o cronograma se cumpra, os mecanismos começam a vigorar, de forma gradual, começando a ser executado apenas em 2027, com nova CBS e a extinção de PIS e Cofins. O tempo da transição completa é de 50 anos, quanto à repartição entre os entes federativos, oito anos para o seu funcionamento. O sistema trará ganhos graduais aos estados e municípios, que perceberão plenamente após um período significativo. Destaca-se que a falta de uma tradição de continuidade e defesa de programas estatais representa um desafio adicional para a efetivação das mudanças propostas.

Preocupa o adiamento da entrega da proposta de alterações de tributação sobre a renda. A mudança é essencial para que o sistema tributário seja justo, para que os mais ricos contribuam mais, e os de menor renda, menos. É crucial encerrar os privilégios concedidos aos mais afluentes, como a isenção de impostos sobre lucros e dividendos, a desoneração da folha de pagamento e dos benefícios fiscais para alguns setores. Os sistemas tributários têm o papel de reduzir a concentração de renda, e isso não significa acabar com a riqueza, mas distribuir os recursos de forma equitativa, para o desenvolvimento de nações mais justas e sustentáveis.

Num cenário onde apenas 1% da população detém um quarto da renda nacional e mais de 30 milhões enfrentam a fome, a necessidade de mudanças tributárias torna-se fundamental e urgente. A má distribuição de renda e o acesso deficitário à educação contribuem para agravar essa situação, exacerbando as desigualdades. A redução dessas disparidades tributárias não apenas promove a justiça social, mas também fortalece os fundamentos democráticos do país.

JORNAL – VALOR ECONÔMICO – 26.03.2024 – PÁG. A11

Primeira Turma do STF referenda prisões de supostos mandantes de morte de Marielle

Darci de Mattos relatará caso na CCJ da Câmara; análise do parecer pode acontecer nesta terça-feira

Isadora Peron , Julia Lindner , Caetano Tonet , Marcelo Ribeiro e Raphael Di Cunto



A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) referendou, nessa segunda-feira (25), a decisão do ministro Alexandre de Moraes de mandar prender os supostos mandantes do assassinato da vereadora Marielle Franco (Psol) e do motorista Anderson Gomes. Os irmãos Chiquinho e Domingos Brazão e o ex-chefe da Polícia Civil do Rio Rivaldo Barbosa tiveram a prisão decretada no domingo.

Após o referendo, Moraes comunicou o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), da decisão sobre Chiquinho, que é deputado federal. Ele foi expulso do União Brasil ainda no domingo. A Constituição prevê que prisões em flagrante de parlamentares no exercício do mandato devem ser submetidas ao plenário da Câmara ou do Senado. Para

revogar a decisão, é necessário o apoio de pelo menos 257 deputados, o que representa a maioria absoluta de membros da Câmara. A votação é aberta.

O deputado Darci de Matos (PSD-SC) foi designado relator do caso, e a expectativa é que a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) analise o parecer dele já nesta terça-feira. Depois disso, o processo seguirá para o plenário da Casa. A conclusão de todo esse processo deve ocorrer ainda nesta semana. Paralelamente, o Psol protocolou um pedido para que Chiquinho tenha seu mandato parlamentar cassado. O processo será analisado pelo Conselho de Ética da Câmara.

O julgamento sobre o caso no Supremo ocorreu no plenário virtual e foi unânime. A Primeira Turma é formada por cinco dos 11 ministros da Corte. Além de Moraes, que é o presidente, também fazem parte do colegiado Cármen Lúcia, Cristiano Zanin, Flávio Dino e Luiz Fux. Mais novo ministro da Corte, Dino era ministro da Justiça e Segurança Pública até o início do ano e se empenhou para que o caso fosse elucidado. Em seu voto, ele disse que “a leitura das peças processuais revela a possibilidade de configuração de um autêntico ecossistema criminoso em uma unidade federada, o que pode gerar a continuidade das investigações, em um ou mais inquéritos policiais”.

Nessa segunda-feira, o decano do STF, ministro Gilmar Mendes, fez uma avaliação parecida, ao afirmar que a apuração sobre o assassinato de Marielle abriu uma “janela de oportunidade para aprofundar o combate ao crime organizado”. “É um passo importante, uma questão que já era esperada. Mas é preciso que se veja

nessa janela uma oportunidade para aprofundar o combate ao crime organizado no Rio de Janeiro e no Brasil. É uma janela que se abre”, disse o ministro ao chegar para um evento no Senado.

Segundo ele, há muito se tem notícia do envolvimento de parte da polícia com o crime organizado. “Obviamente isso é algo extremamente grave. É preciso pensar em uma refundação dessas instituições, tomar as medidas necessárias. É um momento de profunda reflexão”, avaliou. Para o ministro do STF, o próprio Congresso Nacional deve se dedicar a essa temática, sugerindo “uma reforma das polícias e uma reforma especialmente voltada para o que está acontecendo no Rio de Janeiro”.

O ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, também se pronunciou sobre o caso. Ele destacou que o governo federal espera que os responsáveis sejam punidos, mas afirmou que a Polícia Federal (PF) irá atuar com total autonomia. “O que nós queremos é que os responsáveis, todos eles, mandantes e executores, do assassinato da Marielle e do Anderson, sejam devidamente punidos”, disse. Ao chegar à Presidência, em janeiro de 2023, o petista Luiz Inácio Lula da Silva determinou que a PF assumisse as investigações sobre o crime, que completou seis anos em 14 de março. A operação “Murder Inc.”, deflagrada no domingo, trouxe respostas para perguntas que ecoaram na sociedade durante todo esse tempo: quem mandou matar Marielle e por quê?

Segundo a PF, a atuação da vereadora do Psol junto a comunidades em Jacarepaguá dominadas por milícias teria sido o motivo para os irmãos Brazão encomendarem o seu assassinato. Essa região no Rio é o principal reduto eleitoral de Chiquinho e de Domingos, que é conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio (TCE-RJ). Segundo as investigações, coube ao delegado Rivaldo Barbosa supostamente sabotar as investigações da Polícia Civil do Rio com o objetivo de encobrir o assassinato. Parte das conclusões da PF veio de informações fornecidas pelo ex-policial militar Ronnie Lessa, que fechou acordo de colaboração premiada no início do ano. A delação foi homologada na semana passada por Moraes.

JORNAL – VALOR ECONÔMICO – 26.03.2024 – PÁG. E1

Projeto de lei pode afetar grandes casos de falência em andamento

Prestes a ser votado na Câmara dos Deputados, o PL nº 3, de 2024, pode beneficiar os que possuem créditos em maior valor

Marcela Villar / Raphael Di Cunto / Beatriz Olivon

Prestes a ser votado pela Câmara dos Deputados, o projeto de lei que muda a Lei de Falências do país (PL nº 3, de 2024) afetará grandes casos em curso, como o do Banco Santos e o da Vasp. Os principais beneficiados devem ser bancos, fundos de investimentos e gestoras de recursos especializadas em comprar ativos (assets) - normalmente são eles os que detêm os créditos de maior valor nas falências.

O atual texto do PL, por exemplo, possibilitaria a troca dos atuais administradores judiciais por gestores fiduciários, além de retirar do





CLIPPING

DATA
26.03.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
23 de 30

RESPONSÁVEL
Iris Helena

Judiciário o poder de avaliação de ativos. O projeto ainda impõe: mandato de três anos para os administradores judiciais, demissão dos que estão no cargo por esse período, quarentena de dois anos após a saída deles de cada caso e um limite de atuação em quatro processos de falência e quatro de recuperação judicial por vara.

Especialistas alegam que não haveria administradores judiciais em número suficiente para todas as empresas. No Estado de São Paulo, onde tramitam mais de 6 mil falências de acordo com a Associação Brasileira de Jurimetria (ABJ) e há três varas especializadas, seriam necessários pelo menos 500 profissionais. Pelo cadastro atual do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP), existem apenas 177.

O PL pode levar, por exemplo, à destituição do administrador judicial do Banco Santos, no cargo desde o início do processo, em 2005. Ele pediu ao juiz da falência a suspensão do leilão sobre a compra da carteira de créditos da instituição, em que um dos principais interessados seria o BTG Pactual. Nos autos do processo, o administrador defende que o leilão ocorra após encerrado um litígio sobre a junção das massas falidas do Banco Santos com a Sanvest e a Santospar.

Caso o PL seja aprovado como está, após obter a maioria em créditos e em relação aos presentes em assembleia de credores, o BTG poderia destituir o atual administrador e eleger um gestor de sua confiança que acelere o leilão. Como hoje ele é o segundo maior credor através de um FIDC, ainda precisaria se aliar a outros credores para eleger o gestor. Nos autos do processo, o administrador judicial diz que a junção das massas falidas das três empresas causaria uma depreciação milionária na carteira de créditos, pois seriam compensados com débitos das três falidas (processo nº 0065208-49.2005.8.26.0100).

Já o BTG, em petição enviada em fevereiro deste ano ao processo, disse que o leilão poderia ocorrer independente disso, com a exclusão na carteira dos créditos que poderiam ser compensados. O advogado Eduardo Munhoz, que representa o BTG nesse caso, afirma que não necessariamente o banco seria beneficiado com o PL porque é preciso maioria dos créditos na assembleia e aprovação do plano de falências em todas as classes. Ainda diz que não faria sentido o projeto ser aplicado a uma falência que está prestes a ser encerrada - isso caberia ao juiz decidir, segundo ele.

Munhoz é um dos autores do PL original, feito a pedido do Ministério da Fazenda para tentar acelerar os processos de falência, pagamento de créditos e reduzir o spread bancário para promover um melhor ambiente de negócios no país. Porém, o advogado não concorda com o atual texto do PL, alterado pela relatora, a deputada Dani Cunha (União-RJ), filha do ex-presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha.

Embora uma parcela dos bancos possa ser beneficiada, outra critica alterações feitas pela relatora. Representantes do setor dizem que o texto, se não for modificado, pode encarecer o custo do crédito no país. Além disso, que a fiscalização nesses processos, hoje feita em grande parte pelos administradores judiciais, poderia ser reduzida.

“Grandes credores ou devedores mal intencionados não terão uma fiscalização qualificada, o que desequilibra a balança entre grandes credores e credores trabalhistas, além das microempresas. Não seria possível fazer um bom trabalho em três anos”, afirma o advogado e administrador judicial Alexandre Nasser de Melo, do Nasser de Melo Advogados Associados.



CLIPPING

DATA

26.03.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

24 de 30

RESPONSÁVEL

Iris Helena

Por meio de nota, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) informa que apoia e defende toda melhoria do ambiente de negócios e iniciativas de redução estrutural do custo de crédito. Para a entidade, nesse contexto, “o aprimoramento do instituto da falência é muito bem-vindo”. Mas a federação destaca que alguns pontos inseridos no último substitutivo, como novas condições para a desconsideração da personalidade jurídica e a suspensão, por até 360 dias, do acesso pelo credor aos recebíveis dados em garantia, vão na contramão dessa agenda.

“Não seria possível fazer um bom trabalho [de administrador judicial] em três anos” — Alexandre N. de Melo

“Caso não sejam excluídos esses pontos do projeto de lei, haverá maior morosidade para o recebimento dos créditos, com aumento do risco e, conseqüentemente, dos juros e do spread, prejudicando diretamente as empresas de pequeno porte, dado que são as que mais tomam empréstimos dando em garantia cessão fiduciária de recebíveis”, diz a nota.

No Plenário da Câmara, a relatora Dani Cunha questionou ganhos de administradores judiciais, citando que hoje o profissional pode acumular a função em múltiplas falências de larga escala. Citou o exemplo de um administrador que atua em treze falências dentro de um mesmo grupo econômico. “Isso significa que ele recebe 13 salários, 13 vezes 5% do patrimônio deste mesmo grupo econômico”, disse.

Como outros exemplos de falências alargadas, Dani citou alguns casos como Itapemirim e Panamericano. “Tratam-se de falências vultosas, de mais de décadas, sem rumo e sem um fim pontuado”, afirmou. Por isso, ela teria estipulado, em um dos seus seis substitutivos, um teto para a remuneração desses profissionais. A falência da Itapemirim foi decretada em setembro de 2022, portanto não se passaram os três anos que permitiriam a troca do administrador judicial. No caso do Banco Pan (atual nome do Panamericano), a falência não chegou a ser decretada. O banco foi socorrido pela Caixa Econômica Federal e pelo BTG.

Por meio de nota, o Banco Pan disse que nunca foi deferido processo de falência, nem contra o Panamericano. A administradora judicial da Itapemirim, EXMPartners, não comentou. Para a Adriana Conrado Zamponi, do Wald Advogados, a substituição do administrador judicial não está, necessariamente, atrelada a maior celeridade nos processos. “Na hora que se substitui o administrador judicial, o novo vai pegar o processo do zero”, afirma.

De acordo com Marcelo Santiago, sócio da Jive Mauá, empresa que compra créditos de empresas em recuperação judicial, oferecendo descontos, a possibilidade de os credores indicarem o administrador judicial é polêmica. Isso porque o administrador judicial é alguém de confiança do juiz, diz ele, mas, ao mesmo tempo, “há situações hoje em que se observa inércia do administrador ou desentendimento entre ele e os credores”.

Mas, para Santiago, o PL pode incentivar o mercado de aquisição de créditos da forma correta. “Incentivar o crédito secundário em falência e recuperações é importante porque pode oxigenar o processo”, afirma. Hoje a Jive participa de 300 casos entre recuperações judiciais e falências e é um dos credores principais em cerca de 10% delas.

A Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) acusou, por meio de nota técnica, que se o PL das Falências passar como está, a condução do processo falimentar ocorrerá sem a cautela de prever a fiscalização pelo Ministério Público e com risco de parcialidade pelo novo administrador. “Não se estabelecem nem mesmo pré-requisitos que busquem garantir a idoneidade, imparcialidade e devida qualificação do gestor para o exercício do múnus [função], ou mesmo critério de seleção objetivo, o que fatalmente acarreta enorme risco ao próprio feito falimentar, com ampla influência do poder econômico”, afirmou. Procurados pelo Valor, o Ministério da Fazenda, representantes da Vasp e a deputada Dani Cunha não comentaram.

Justiça do Trabalho adota conciliação pré-processual

O procedimento pretende ser mais simples do que o de um processo, não tem custas e ainda dispensa a obrigatoriedade de advogados

Adriana Aguiar



O Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) aprovou, na sexta-feira, uma nova modalidade de solução de conflitos: a chamada reclamação pré-processual. Por meio dela, trabalhador ou empresa poderão levar um caso ao Judiciário para uma tentativa de conciliação a ser homologada pelo juiz, sem que exista um processo formal. O procedimento pretende ser mais simples do que o de um processo, não tem custas e ainda dispensa a obrigatoriedade de advogados, o que tem despertado manifestações contrárias da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

O instrumento, contudo, já existe na área cível. É chamado de conciliação pré-processual. Somente no Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) foram firmados 4.050 acordos entre 2022 e agosto de 2023. Essas conciliações podem ser feitas nas áreas ambiental, empresarial, tributária e de execuções fiscais. Na área fiscal, está a maioria deles: um total de 2,5 mil nesse mesmo período.

De acordo com a regulamentação do CSJT, o interessado em fazer um acordo deve levar o caso à Justiça do Trabalho, com uma breve explicação sobre o que seria objeto da mediação. A reclamação pré-processual será então distribuída a uma vara, que encaminhará o caso para o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) - que já é responsável por fazer mediação nos processos judiciais, antes das sentenças. Caso haja consenso, o conflito é registrado em sentença da qual não cabe mais recurso.

De acordo com o juiz do trabalho Rogério Neiva, especialista em negociação de conflitos trabalhistas ou métodos consensuais, existem vantagens nesse procedimento ao se comparar com o chamado Acordo Extrajudicial Trabalhista, já utilizado desde a reforma trabalhista (Lei nº 13.467/2017). No acordo extrajudicial, os advogados têm que entrar num consenso, redigir o que ficou decidido e levar à



CLIPPING

DATA

26.03.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

26 de 30

RESPONSÁVEL

Iris Helena

homologação do juiz - que nem sempre aceita. Já na reclamação pré-processual, a parte leva sua demanda, não é necessário advogado e o juiz vai ajudar a construir o acordo, que será homologado.

Esse procedimento, lembra Neiva, foi criado em 2016 para solucionar conflitos coletivos e deu muito resultado, o que pode acompanhar por ter sido juiz auxiliar no Tribunal Superior do Trabalho (TST). Depois, em 2021, foi editada a Resolução nº 288, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), que já passou a prever a reclamação pré-processual para os conflitos individuais. Porém, não tinha sido adotada na prática até agora porque ainda não haviam procedimentos claros sobre a sua aplicação, o que foi aprovado agora.

Para Neiva, o novo mecanismo traz vantagens para que o conflito possa ser resolvido de forma mais prática e eficiente. Contudo, ele afirma ser contrário à dispensa dos advogados. “Ao contrário da Justiça comum, é importante que exista o advogado, porque a relação de trabalho não é uma relação simples. Se os dois lados estiverem com seus advogados, existe uma prestação de serviços de maior qualidade”, diz. De acordo com o presidente da Comissão de Direito do Trabalho do Conselho Federal da OAB, Ronaldo Tolentino, sócio da Ferraz dos Passos Advocacia, a entidade chegou a enviar um ofício para a CSJT registrando a sua preocupação, pedindo adiamento para que pudessem fazer um parecer sobre a questão. “Infelizmente o requerimento foi indeferido e agora temos essa resolução aprovada”, afirma.

A principal preocupação, diz Tolentino, é saber que trabalhadores considerados hipossuficientes poderão estar frente a frente com seus empregadores negociando direitos, desacompanhados de um advogado. “É uma relação desigual. Tanto que na homologação extrajudicial, aprovada com a reforma trabalhista, se exige a presença do advogado.” Não se poderia comparar, segundo o advogado, com o caso da Justiça comum, em que o advogado também não é exigido, medida já chancelada pelo Supremo Tribunal Federal (STF). “A situação é diferente na Justiça do Trabalho, tanto que o próprio Supremo já reconheceu que existem direitos trabalhistas indisponíveis de negociação”, diz

Diante dessa situação, Tolentino afirma que a Comissão de Direito do Trabalho vai redigir uma nota sobre a resolução e encaminhar o caso para a Comissão de Assuntos Constitucionais da OAB para o conselho avaliar se seriam necessárias medidas judiciais no STF. Para Ester Lemes de Siqueira, sócia da área Trabalhista, do Palópoli & Albrecht Advogados, a reclamação pré-processual, embora tenha como promessa a celeridade na resolução de questões trabalhistas, “pode resultar em perdas de direitos para qualquer uma das partes, não trazendo segurança jurídica, com grandes chances de haver o arrependimento das partes posteriormente”. Ela destaca que a sentença homologatória é irrecorrível, “o que corrobora para a possibilidade de prejuízo e arrependimento das partes”. Por isso, diz, a presença de advogados “é fundamental para que as partes possam compor de forma justa”.

Antonio Carlos Aguiar, sócio do Peixoto e Cury Advogados, afirma que a conciliação sempre esteve presente no universo trabalhista, tanto que é obrigatória, após a abertura da audiência e antes da sentença. “O procedimento de mediação pré-processual é melhor ainda, uma vez que, antes mesmo de se buscar a solução por um terceiro [decisão judicial], os próprios interessados buscam a conciliação, servindo a Justiça apenas como uma facilitadora para esse fim”, diz ele, acrescentando que existem várias histórias de sucesso de mediação pré-processual coletiva nos Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs) de São Paulo e da região de Campinas (SP).

JORNAL – VALOR ECONÔMICO – 26.03.2024 – PÁG. E2

Mercado de carbono e os povos da floresta

Está na mão dos senadores a opção entre reconhecer a autonomia e a capacidade de autodeterminação dos povos e das comunidades e de suas entidades representativas ou, de outro, submeter essas comunidades e suas decisões a uma burocracia estatal

Manoel Eduardo Alves Camargo e Gomes e Adriano Camargo Gomes

O mercado de créditos de carbono, que desperta cada vez mais interesse nacional e internacional, tem chamado a atenção mais por suas falhas e pelos valores astronômicos envolvidos do que pelos benefícios gerados ao meio ambiente.

Nesse complexo cenário, ganham importância as discussões sobre a regulamentação do mercado de carbono, que têm avançado no Brasil: recentemente, foi aprovado na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei (PL) nº 2.148/2015 (baseado no PL 412/2022, anteriormente aprovado no Senado), denominado de “PL do Carbono”, que trata do Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE).



Por causa das alterações feitas na Câmara, o PL foi devolvido ao Senado, onde atualmente se encontra para nova apreciação. Um dos principais acertos do PL é o fato de não se omitir sobre a relação entre o mercado de créditos de carbono e as áreas ocupadas por povos originários e comunidades tradicionais. Ao reconhecer que esses povos e comunidades são titulares dos créditos gerados nas áreas que tradicionalmente ocupam, o PL avança em comparação com a legislação vigente. Ainda assim, o PL do Carbono não consegue de fato vencer o preconceito histórico, fruto do colonialismo, de que ainda são vítimas os moradores da floresta.

Um preconceito que se expressa em uma série de legislações e normas esparsas que, sob o pressuposto de evitar que esses povos e comunidades sejam explorados, acabam por tolher a sua autonomia em favor de uma suposta proteção estatal que não se realiza na prática. Isso termina por relegar os verdadeiros protagonistas do processo - povos indígenas, quilombolas e comunidades extrativistas tradicionais - a um inadmissível papel de coadjuvante.

Atualmente, de um modo geral, as propostas voltadas a esses povos e comunidades têm oscilado entre dois extremos: de um lado, um discurso que, ignorando a desproporção de poder na negociação dessas populações com grandes empresas, pretende que ela se dê de forma “livre”, sem qualquer assessoria ou apoio; e, de outro, um discurso intervencionista, legatário do colonialismo, que subtrai a capacidade de decisão desses povos e comunidades em favor de uma ineficiente burocracia estatal, representada, em geral, por técnicos formados sob a sombra das árvores das grandes cidades.



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

CLIPPING

DATA
26.03.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
28 de 30

RESPONSÁVEL
Iris Helena

O PL 2.148/2015 opta por esse segundo caminho: ainda que reconheça a titularidade dos créditos de carbono a quem efetivamente mantém a floresta em pé, condiciona sua comercialização ao acompanhamento, manifestação e, pior, à anuência prévia dos órgãos públicos responsáveis pela gestão das unidades de conservação. Essa exigência, de acordo com o artigo 49 do PL 2.148/2015, apenas não se aplica quando o usufruto da área é da comunidade que a ocupa, algo que tecnicamente não se verifica no caso das reservas extrativistas, das reservas de desenvolvimento sustentável e das florestas nacionais.

Ainda que os povos indígenas, os quilombolas e as comunidades extrativistas tradicionais, por estarem distantes dos grandes centros de negociação de créditos de carbono, possam não contar com as informações e mesmo com a expertise técnica e jurídica para negociar créditos de carbono mediante condições justas e adequadas, o mesmo não ocorre com suas entidades representativas em âmbito nacional, habituadas aos tratos comerciais e políticos. Foi esse, precisamente, o sentido da proposta de emenda ao PL do Carbono apresentada pelo Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) ao relator do projeto na Câmara dos Deputados, o deputado Aliel Machado (PV-PR): assegurar a participação das entidades representativas nacionais dos povos e comunidades tradicionais, no processo de comercialização dos créditos de carbono gerados nos territórios que ocupam.

A proposta apresentada comungava de uma premissa do próprio PL. Para assegurar a autonomia dos povos e comunidades, é preciso uma assessoria que assegure que a comercialização seja feita em bases justas. A questão é quem está legitimado a essa assessoria: suas entidades representativas nacionais - como o CNS, no caso das comunidades extrativistas - que podem lhes prestar apoio técnico e jurídico; ou o Poder Público, que, frequentemente, sob o pressuposto de apoiar usurpa a capacidade decisória desse povos, que são os próprios titulares dos créditos de carbono.

As vantagens da primeira solução são inegáveis: além de oferecerem assessoria técnica e jurídica capacitada, as entidades representativas nacionais são mais legitimadas e certamente mais céleres do que a administração pública - não apenas pela identidade de visão de mundo, mas sobretudo porque, eleitos pelo voto, seus representantes têm na defesa dos povos e comunidades seu principal objetivo e a própria fonte de sua legitimação. Já passou da hora de os legisladores reconhecerem que os povos indígenas, quilombolas e comunidades extrativistas tradicionais são os guardiões da floresta: quem, com sua cultura e modo de vida, enfrentando toda sorte de sacrifícios, ameaças e violências, tem garantido a preservação ambiental que evita a emissão de toneladas de gases do efeito estufa.

Após a aprovação do PL 2.148/2015 pela Câmara, novamente está posta na mão dos senadores a opção entre, de um lado, reconhecer a autonomia e a capacidade de autodeterminação dos povos e das comunidades e de suas entidades representativas ou, de outro, submeter essas comunidades e suas decisões a uma burocracia estatal que tem se mostrado historicamente ineficiente em protegê-las.

DATA COMEMORATIVA DO DIA – SEBIB

Dia 26 de março – Dia do Mercosul

O Dia do Mercosul comemora o nascimento do Mercado Comum do Sul (Mercosul) como um processo de integração dos países do Cone Sul em 1991. O Mercosul nasceu de um acordo de livre comércio entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Este ato foi reforçado com a assinatura do Tratado de Assunção de 1991 entre os quatro países. Atualmente, o pacto foi ampliado para gerar acordos sobre educação, trabalho, direitos das mulheres, direitos humanos e saúde. Este pacto é uma figura que reflete a intenção de integração e unidade entre os países membros. Este dia é comemorado em 26 de março de cada ano.

Dia do Mercosul - Fatos e Citações



Em 16 de dezembro de 1994 consolidou a sua existência como uma entidade com personalidade jurídica de direito internacional, por meio do Protocolo de Ouro. Essa personalidade lhe dá a capacidade de intervir e mediar assuntos comuns a vários ou todos os países membros do pacto. O protocolo entrou em vigor em 15 de dezembro do ano seguinte.

O Mercosul expandiu-se em 4 de julho de 2006, com a adesão da Venezuela ao pacto. Da mesma forma, a Bolívia iniciou seu processo de adesão desde o 15 de julho de 2015.

Os outros países da América do Sul: Chile, Peru, Equador e Colômbia também fazem parte do Mercosul. No entanto, esta participação é apenas como países associados, não como países membros. Esta associação com os outros territórios da América do Sul busca consolidar a intenção de integração existente entre todos os países da América do Sul e tem como escopo a realização de acordos comerciais.

O Brasil é o maior mercado consumidor de produtos do Chile, Argentina, Paraguai e Uruguai. Também é o principal mercado exportador por ser o país mais industrializado do pacto. O PIB do Brasil representa mais de 55% do valor total do bloco.

[...] O Mercado Comum do Sul é uma máquina de ponta para construir a integração da área, como era o sonho do herói Simón Bolívar. [...] Nicolas Maduro, presidente da Venezuela.

Dia do Mercosul - Principais eventos e coisas a fazer

A cada ano se escolhe um tema ou representação cultural que gira em torno da celebração da fundação do Mercosul, assim como se varia a sede da celebração entre os países membros. Durante três dias realizam-se



CLIPPING

DATA

26.03.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

30 de 30

RESPONSÁVEL

Iris Helena

atividades como a exibição de filmes em cinemas e ao ar livre, conversas sobre o mundo do cinema, entre outros.

Anualmente se realiza um concurso literário de caráter histórico. Neste concurso participam estudantes de nível médio de escolas e faculdades de todos os países membros. Além disso, desde 2003, é comemorado oficialmente o Dia do Mercosul em todas as escolas no território abrangido pelo pacto.

Visitar o Museu Itinerante de Arte do Mercosul em Buenos Aires. Este museu reúne coleções permanentes e temporárias de arte pertencentes aos países do Mercosul. Tem a distinção de organizar, em qualquer país onde ele é necessário, exposições temporárias, a fim de promover a região da América do Sul.

Alugar ou comprar o documentário *Olhas para o Mercosul* (2011). Dirigido por Bertrand Le Fur, este documentário faz uma análise sobre os progressos realizados pelo pacto desde a sua fundação. Este foi produzido por motivo do vigésimo aniversário da entidade.

Ler o livro *A dimensão do Mercosul: Capítulo Paraguai* (2009). Escrito por Aldo Centurión López, este livro discute a história e evolução do Mercosul como um pacto de integração. Permite um olhar especial ao papel do Paraguai como país membro do pacto.